

A saga dos reajustes do salário mínimo na imprensa; enquadramentos e circuitos de legitimidade restritos¹

Antonio José Pedroso Neto (Universidade Federal do Tocantins)

Introdução.

O salário mínimo (SM) é uma das principais instituições da vida econômica brasileira. E a prática anual de reajuste do salário mínimo (RSM) é um centro nevrálgico que, por um lado, tensiona agentes, instituições, institucionalidades, organizações públicas ou privadas, crenças e princípios, processos, análises, projeções, investimentos, realocações, etc. E, por outro lado, o RSM mantém e resolve tensões, alinha e desalinha grupos sociais, aumenta e restringe amplitudes de representações, de classificações e de princípios que dão sentido e existência a ele.

O RSM pode ser pensado como uma convenção social historicamente bem estabelecida, minimamente estável. Não há iniciativas de grupos sociais no sentido de mobilizar representações pelo fim do reajuste, literalmente – conforme observamos em textos da academia e da imprensa. Temos, assim, uma base, uma representação compartilhada. Temos um ponto de concordância a partir do qual há discordâncias. Então, em um sentido restritivo, temos representações e grupos sociais direcionados a restringir o RSM e desvincular o RSM de outros fatores econômicos que são reajustados paralela ou automaticamente – “indexados” –, por exemplo, a previdência social, outros salários e rendimentos acima do SM – efeito “farol”. E, em um sentido extensivo, temos representações e grupos sociais direcionados a manter, ampliar, perenizar o RSM e vincular a ele outros fatores econômicos, por exemplo, programas governamentais redistributivos, aposentadorias acima de um SM.

Ao pensarmos o RSM como uma convenção social (Douglas, 1998), pensamos que é um dado da esfera cultural também e que, em grande medida, tem relação e impactos sobre outras esferas como a econômica e a política. Como fato da esfera cultural, os sentidos do RSM são disputados, são empurrados para os possíveis entre os dois típicos que apresentamos. Ainda com Douglas, temos em conta que as disputas mobilizam e performam “convenções cognitivas paralelas” (Douglas, 1998): seja de grupos que mobilizam e performam convenções que constituem ou apoiam o sentido restritivo e, ao mesmo tempo, convenções que minam,

1 44º Encontro Anual da ANPOCS. GT40 - Sociedade e Vida Econômica.

constrangem o sentido extensivo; seja de grupos que mobilizam e performam convenções que constituem ou apoiam o sentido extensivo e, ao mesmo tempo, minam, constroem o sentido restritivo.

Para Douglas (1998), uma instituição é, no mínimo, uma convenção que se torna uma instituição social legítima apoiando-se em convenções cognitivas paralelas. Douglas exclui a ideia de “qualquer arranjo prático puramente instrumental ou provisional” e inclui a de que as “instituições mais estabelecidas, quando desafiadas, sejam capazes de concatenar suas reivindicações à legitimidade com sua adequação à natureza do universo” (Douglas, 1998: 56). E a autoridade legitimadora das convenções e instituições sociais pode “ser pessoal, tal como um pai, um médico, um juiz, um árbitro, ou *maître d’hotel*. Ou então pode ser difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante” (Douglas, 1998: 56).

Temos um longo período de estabilidade de RSM acima do mínimo constitucional, acima da reposição da inflação. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995-1998 e 1999-2002 – houve a prática governamental de RSM acima da inflação, depois estendida pelos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – 2003-2006 e 2007-2010 – e pelos dois governos de Dilma (Dilma) – 2011-2014 e 2015-2016. E foi interrompida, tão logo iniciou o governo de Michel Temer (Temer) – 2016-2018. Vamos estudar o período dos dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT): Lula e Dilma. São governos com certa homogeneidade, do ponto de vista político, governos que conformam um período de reajustes perenes acima da inflação – “valorização do salário mínimo” – e governos em que houve envolvimento de forças sindicais com o processo, chegando à formulação de uma Política de Valorização do Salário Mínimo.

O RSM está implicado em inúmeras institucionalidades relacionadas aos trabalhos dos governos. Leis que obrigam o reajuste e obrigam que ele seja estendido aos rendimentos de outros agentes; aposentados, pensionistas, programas sociais governamentais, etc. Leis que colocam os executivos diante de problemas de ordem orçamentária; tem que repassar reajuste, mas tem limites de arrecadação, está sujeito a penalidades se não cumprir o orçamento, etc. E também está implicado em inúmeros custos para empresas, comerciantes, credores da dívida pública, contribuintes da previdência social, etc. E, por fim, está implicado em melhoras substantivas nas condições de vida de inúmeros brasileiros; aposentados, pensionistas, assalariados formais e informais, comerciantes novamente, autônomos, etc. e na razão de ser e identidade de muitas instituições que os representam.

Estamos diante de um conflito distributivo e redistributivo, um dos mais importantes da economia. Se as leis limitam as manobras governamentais, elas podem ser mudadas. Se temos

questões relativas ao orçamento, elas podem ser revistas. O SM é uma instituição porque envolve diversos agentes e instituições, inventando, mobilizando ou reproduzindo representações, conhecimentos e normas do campo econômico brasileiro. Enfim, tem uma dimensão normativa que queremos investigar neste artigo.

Tendo em conta o arrazoado de Douglas, procuramos revelar que convenções cognitivas foram mobilizadas, por quais agentes e com qual intensidade para apoiar, estabilizar ou para constranger, desestabilizar a convenção principal mais recente de 2014 a 2016, isto é, RSM extensivo, acima da inflação, real. Revelar isso é observar, descrever e analisar uma “luta simbólica” (Bourdieu, 1989 e 2000) que acontece em diversos “campos sociais” (Bourdieu, 1987 e 2000). É um tour de force mais amplo do que propomos.

Então, nos propomos revelar parte da luta simbólica: a parte selecionada, enfatizada, enquadrada pelo jornalismo econômico brasileiro (JEB). Conflitos distributivos e redistributivos são lutas simbólicas para criar, estabilizar e inovar institucionalidades. Avanços nelas implicam em avanços legislativos, econômicos. A imprensa está nessas lutas. Os jornalistas descrevem, analisam, criticam, comentam situações de modo seletivo, em um sentido cognitivo: difundem mais umas e menos outras doutrinas, categorias, “crenças econômicas” e “princípios cognitivos de visão e divisão de mundo” (Bourdieu, 1997 e 2000).

O problema é sobre a difusão diferenciada das informações sobre o mundo econômico nas diferentes mídias, difusão diferenciada de discursos sobre a economia. Em seus textos, os jornalistas descrevem, analisam, criticam ou comentam situações de fato e, incontornavelmente, fazem isso de modo seletivo, não necessariamente em um sentido consciente, planejado, explícito, com intenções de manipulação, mas, de modo mais eficaz, em um sentido cognitivo, político: ao difundir uma e não difundir outras doutrinas, categorias, “crenças econômicas” e “princípios cognitivos de visão e divisão de mundo” (Bourdieu, 1997 e 2000) eles configuram uma seleção implícita e explícita na difusão; ao realizar ênfases, citar agentes sociais – incluir fontes-vozes – e operar “enquadramentos” (Goffman, 1974) eles realizam responsabilizações, adjetivações, condenações, prescrições, etc.

Se as forças sociais que propõem novas institucionalidades relativas ao SM conseguirem avanços nesta dimensão cognitiva, com mais chances conseguem avanços legislativos, econômicos e derivados. Nas sociedades contemporâneas, a mediação da economia é um ponto pacífico. Em alguma medida, as iniciativas dos agentes do “campo econômico” (Bourdieu, 2005) têm que passar pelas mídias para serem divulgadas, conhecidas, legitimadas, performar comportamentos, etc.

Nossa questão mais geral agora está delimitada. Em que medida o JEB contribuiu ou não para estabilizar convenções cognitivas de apoio ao RSM mais extensivo? Como participou das lutas simbólicas, de 2004 a 2015? Temos duas hipóteses. O JEB difundiu preponderantemente convenções cognitivas desfavoráveis aos reajustes extensivos, concatenadas a outras favoráveis a institucionalidades que constroem os reajustes. O JEB concatenou e alicerçou essa difusão com um número de agentes e instituições sociais amplo – circuito de legitimidade mais amplo – e bem situadas na hierarquia social.

Para responder nossas questões analisamos um corpus de matérias jornalísticas dos cadernos de economia dos quatro principais jornais brasileiros: Folha de S. Paulo (JFSP), O Estado de S. Paulo (JOESP), O Globo (JOG) e Valor Econômico (JVE), de 2004 a 2015. Fizemos análise de enquadramento, de fontes-vozes, dos períodos governamentais e de outras propriedades pertinentes das matérias. E com os resultados dessas análises, analisamos o espaço das matérias sobre o RSM, isto é, objetivamos esse espaço com uma análise de correspondências múltiplas (ACM), apresentamos suas estruturas principais e buscamos respostas para nossas questões, recorrendo também à estatística descritiva.

JEB reproduz diferenças existentes entre os economistas e dá mais força social e simbólica aos *mainstream* que relativizam, criticam, negam efeitos positivos do SM sobre indicadores sociais como desigualdade, pobreza. JEB tem relações com o campo político. JEB tem relações com o campo do jornalismo, com seus princípios constitutivos: há enquadramentos que manifestam o princípio de isenção e objetividade; há uma enorme variedade de fontes-vozes, uma manifestação do princípio de imparcialidade e pluralidade.

Enfim, no palco do JEB, as convenções cognitivas que apoiam os reajustes são menos recorrentes, têm menos concatenações de apoio e têm um circuito de legitimidade menor. Discursos sobre a economia são conhecimentos e normas que se impõem aos agentes sociais. Produzidos e difundidos pelo JEB, desempenham função ativa na produção, reprodução e naturalização de conhecimentos, representações, normas e práticas relativas à economia. Analisá-los é aprofundar o entendimento das relações dinâmicas e interdependentes entre as dimensões culturais, sociais e econômicas da sociedade. É o cerne da *démarche*; as atividades econômicas estão enraizadas na esfera cultural e social (Polanyi, 1980). Como observou Swedberg, “the way in which economic news is produced, the rise of economic journalism, the economic sociology of the media — all of these topics would seem ideal for economic sociologists” (2003: 293).

A formação do corpus.

Como formar um corpus de textos para analisar? Seguimos um calendário institucional que, recorrentemente, quase ritualmente, reacende as controvérsias sobre o RSM. Primeiro, em meados de abril o executivo propõe o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) ao poder legislativo. Segundo, em seguida o congresso analisa o PLDO, intervém e o envia ao executivo, isto é, o publica em forma de lei no Diário Oficial da União (DOU) – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) –, geralmente em agosto. Terceiro, o governo assina o RSM “presente” na LDO, geralmente em dezembro. Todo ano é assim. E a imprensa retoma o assunto nestes momentos do calendário. Tomamos as datas precisas de cada um dos momentos – dia da publicação dos documentos PLDO, DOU e lei ou medida provisória, respectivamente – e observamos os jornais alguns dias antes (5 dias, no mínimo) e alguns depois (5 dias, no mínimo), conforme nos orientou um estudo um estudo piloto e conforme não ocorresse mais as matérias pertinentes.

Então, observamos todas as matérias dos cadernos de economia dos quatro jornais. Quer dizer, observamos o título, o lead, o chapéu, as frases destacadas, o subtítulo. Observamos se havia as palavras “salário mínimo”, “mínimo”, “reajuste”, “ajuste”, e outras que indicavam que a matéria era sobre o SM. Assim, encontramos as matérias que constituíram o corpus: 177. Com as matérias em mãos, montamos a **grade de enquadramentos e de fontes-vozes**. Em seguida, lemos e classificamos as matérias, fazendo a análise de enquadramento e a análise de fonte-voz. E depois fizemos a ACM e outras análises de estatística descritiva.

Os enquadramentos.

As matérias jornalísticas são construídas a partir de alguns princípios que permitem perceber e compreender uma situação ou um fenômeno de um determinado jeito, diferente de quando outros princípios são mobilizados. Com os trabalhos de Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993) e de Van Gorp (2007), dentre outros, há rupturas na forma de analisar o conteúdo dos bens simbólicos “bens simbólicos” (Bourdieu, 1987 e 2000) particulares — textos como colunas, editoriais, reportagens, comentários, análises — produzidos pelos jornalistas, especialmente com a análise de conteúdo.

Desde então, os pesquisadores reconhecem que os jornalistas operam orientados por “ideias organizadoras centrais” (GAMSON, MODIGLIANI, 1989). Isto é, por princípios constitutivos da cultura de uma sociedade, princípios que perpassam – são mobilizados ou se impõem – os momentos e procedimentos de construção das matérias jornalísticas: quando os jornalistas selecionam e observam os acontecimentos e fenômenos; quando registram seus

aspectos; quando redigem e depois editam um texto; e, por fim, estão presentes na sensibilidade dos leitores; do leitor em geral e dos outros jornalistas, os pares que leem e que, nos lances subsequentes da produção jornalística, são influenciados e influenciam os novos momentos de cobertura do fenômeno, mobilizam enquadramentos iguais, semelhantes ou diferentes – o mesmo, vale para as fontes e vozes.

Como define Entman, enquadrar é “*selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, como meio de promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito (ENTMAN, 1993, p.52). A análise de enquadramento permite revelar sentidos menos explícitos tais como princípios de classificação, princípios cognitivos de visão de mundo, avaliações, prescrições, etc. Quer dizer, em grande medida, os enquadramentos dos RSM são tomadas de posição dos jornalistas. Com eles, voluntária e/ou involuntariamente, promovem determinadas percepções e seleções de aspectos dentre os possíveis.

Sublinhamos que, com essa análise, não tratamos as controvérsias sobre o RSM como se os jornalistas tratassem o fenômeno com maior ou menor parcialidade, manipulação, viés, etc. Conforme Hackett (1999) e Shudson (1989), trata-se de uma perspectiva limitada. A análise de enquadramento – assim como a de fontes-vozes – nos permite revelar orientações de valor, princípios de visão de mundo, implícitos nos bens simbólicos que produzem no calor da prática – relações mais ou menos fáceis com as fontes, com os pares, como os colegas na hierarquia da empresa, com os agendamentos concorrentes, etc.

Como construímos e analisamos os enquadramentos? Fizemos uma “leitura flutuante” (Bardin, 2000) das matérias e algumas anotações iniciais. Fizemos uma revisão de x textos acadêmicos sobre o SM². Depois fizemos uma leitura atenta de um terço das matérias bem distribuídas no tempo e fomos montando os enquadramentos, como apresentamos abaixo. Após a montagem da grade de enquadramentos, fizemos uma leitura de cada uma das matérias e a classificamos conforme o enquadramento predominante, aquele cujos significados estavam mais presentes na matéria, no seu conteúdo, e por vezes presentes também no título e/ou no lead. Temos nove enquadramentos básicos, a variável **Enquadramentos** (ENQUA):

² Afonso, Pereda, Giambiagi e Franco (2001), Bacha e Hoffmann (2015), Barros, Corseuil e Cury (2000), Neri (2006) e Neri e Giambiagi (2000). Saboia (2007), Medeiros (2015), Dedecca, Rosandiski, Barbieri e Jungbluth (2006), Jungbluth e Souen (2010), Medeiros (2015), Barbosa De Melo, Figueiredo, Mineiro e Mendonça (2012), Ipea (2013), Neri, Gonzaga e Camargo (2001), Sabóia (2010), Saboia e Hallak Neto (2018), Serrano e Summa (2012), Soares (2004) e Soares (2006).

Quadro 1 – Enquadramentos (ENQUA)

Enquadramento Combinação com Salário-Família – ECSF (não avalia).
Enquadramento Crescimento Econômico – ECE (avalia).
Enquadramento Custo para Governo – ECG (avalia).
Enquadramento Custo para Previdência – ECP (avalia).
Enquadramento Descritivo – ED (não avalia).
Enquadramento Ganho Real – EGR (avalia).
Enquadramento Negociação Política – ENP (não avalia).
Enquadramento Outros – EO (não avalia).
Enquadramento Repasse para Aposentadorias – ERA (não avalia).

É necessário apresentar a definição dos enquadramentos, os sentidos, os significados:

- **Enquadramento Descritivo (ED).** *Princípio fundamental:* descreve o RSM, ocorrido ou a ocorrer, e também as regras, leis, medidas provisórias, projetos de lei de reajuste, das aposentadorias e pensões até um SM – piso – e das acima do SM. *Descritivo significa:* apresentação predominantemente objetiva de dados, informações – índices, regaras, leis; por vezes, as descrições comparam os reajustes entre governos – FHC versus Lula, FHC versus Dilma e Lula versus Dilma; relatam que programas sociais também têm o SM como base para reajuste; apresentam RSM estaduais; comentam o orçamento do governo federal, a lei diretrizes orçamentárias, medidas provisórias; apresentam diminuição, aumento e isenção de Imposto de Renda inclusive na participação dos funcionários nos lucros e resultados das empresas (PLR); descrevem o movimento da data base do SM de maio para janeiro, de 20## a 20##; a fronteira com outros enquadramentos é que as descrições muito pouco analisam, associam, relacionam, os aumentos a outros fatores, variáveis, índices, indicadores econômicos, a problemas nas contas do governo, na previdência, no orçamento, enfim, não fazem avaliações. Apresenta números absolutos e percentuais: de variação da inflação – INPC – e do PIB, passados e presentes; ganhos reais ou não; acima da inflação ou só reposição.
- **Enquadramento Crescimento Econômico (ECE).** *Princípio fundamental:* associa o RSM – por vezes a Política de Valorização do Salário Mínimo – a crescimento econômico, aquecimento da economia. Crescimento econômico significa: gerar crescimento, crescimento econômico, ciclo virtuoso; injetar recursos, renda, na economia; estimular o consumo; aquecer, ampliar a economia, o mercado interno. Apresenta números absolutos e percentuais: sobre o reajuste; sobre número de brasileiros com rendimentos atrelados ao SM – trabalhadores assalariados e não assalariados, doméstica, aposentados, pensionistas, etc.; sobre quanto o reajuste injeta na economia, impacta em consumo; sobre aumento para os beneficiários da previdência que também vai para a economia, também é injeção na economia; sobre os trabalhadores que ganham SM, quantidade, idade, região do país.
- **Enquadramento Ganho Real (EGR).** *Princípio fundamental:* apresenta o reajuste – por vezes a PVSM – como ganho real, aumento do poder de compra do SM, dos trabalhadores. *Ganho Real significa:* aumento acima da inflação, aumento real, ganho real para o trabalhador; aumento do poder de compra do SM, do trabalhador assalariado, de mais cestas básicas, especialmente o “aumento real”. Apresenta números absolutos e percentuais: de variação da inflação – INPC – e do PIB, passados e presentes; ganhos reais ou não; acima da inflação ou só reposição; montante da injeção de recursos na economia; aumento da massa salarial e da renda no país
- **Enquadramento Custo para Governo (ECG).** *Princípio fundamental:* associa o reajuste e a custos, gastos, para o governo, para as contas públicas federais, mas também para as estaduais e municipais, e, por fim, desequilíbrio das contas públicas, possível ou de fato. *Custo para Governo significa:* custos para os cofres, impacto nos cofres federais, nos gastos federais, no caixa do governo, no "tamanho do buraco", no rombo no orçamento, nos gastos com previdência; significa também cortar gastos, cortes no orçamento, cortes de despesas, ter que aumentar receita e impostos, ter que reduzir superávit primário, menor margem para investimentos, menos investimentos em infraestrutura, em capacidade para movimentar a economia, gerar empregos; também impacto nos cofres das prefeituras e estados, no limite do que podem gastar com pessoal conforme lei de responsabilidade fiscal (LRF); pode levar ao desequilíbrio das contas públicas – previdência inclusive; pode levar ao desequilíbrio fiscal e às suas consequências como inflação, corrosão dos salários, perda de poder de compra do dinheiro, aumento do peso da dívida pública, das contas da previdência federal, estadual e municipal, dificuldade para o

cumprimento da lei de responsabilidade fiscal; o governo deve ser realista – realismo do governo –, deve ser responsável, deve ser responsável com o equilíbrio das contas públicas, deve ser de acordo com a realidade fiscal do país, não pode colocar em risco o equilíbrio orçamentário. Apresenta números absolutos e percentuais: sobre o aumento, o ganho real, o impacto nas contas dos governos; sobre o número de funcionários, de funcionários das prefeituras, o número de prefeituras que terão problemas com LRF, as regiões do país mais afetadas, NO e NE especialmente; recorrentemente apresenta a fórmula do impacto de cada Real de reajuste no aumento dos gastos federais, isto é, conforme quem fala, quem é fonte-voz, – DIEESE, economistas, especialistas, governo, etc. –, cada x Real a mais no valor do SM representa y milhões a mais nos gastos federais – ex. em 2004, R\$ 1,00 implicaria em R\$ 193, R\$ 180, R\$ 143 milhões de reais por ano; sobre orçamentos, gastos orçamentários, dívida pública e também sua relação com o PIB; sobre o histórico do valor do SM nominal, de seu poder de compra, de corrosão, de inflação; sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

– **Enquadramento Custo para Previdência (ECP).** *Princípio fundamental:* associa reajuste e aumento dos custos, dos gastos, do impacto sobre a previdência social – “tudo vinculado”. *Custo para Previdência significa:* aumento dos custos, do déficit da previdência; descompasso entre a arrecadação do INSS e os gastos com aposentadorias e pensões; descompasso estrutural; puxar os custos da previdência dos governos federal, estadual e municipal; possíveis consequências como menos investimentos em saneamento, infraestrutura, menos crescimento econômico. *Apresenta números absolutos e percentuais:* sobre a arrecadação da previdência, do INSS; sobre os gastos, despesas, “rombo”, “bola de neve” em aumento; sobre o número de aposentados, pensionistas, idosos, portadores de deficiência, desempregados, parcelas do seguro-desemprego, aposentados que recebem menos e mais que um SM; sobre o déficit da previdência, as dívidas que não recebe; sobre o número de aposentadorias e pensões reajustadas pelo SM – ex. 70%.

– **Enquadramento Outros (EO).** *Princípio fundamental:* apresenta enquadramentos pouco recorrente, por exemplo: SM é referência para outros pisos salariais, reajuste aumenta outros pisos – mínimo como “farol” (3); reajuste tira/tirou recursos de outros projetos, pacotes; melhora ou não melhora a desigualdade de renda, social, etc.; Lula aumenta menos que FHC; Lula não cumpriu/cumprirá promessa de aumentar 100%; informalidade restringe aumentos, reajustes; reajuste tem peso menor no mercado de trabalho formal que a previdência – atinge 8 milhões a mais de pessoas; os beneficiados com o reajuste, e os benefícios; desvincular o RSM da previdência (2 do J. Dirceu); RSM cria, pressiona inflação (3); ganhos Tributários, mais ganhos que custos, saldo superior; reajuste Injusto, pequeno, aquém das necessidades; Mudar o reajuste, as regras, a fórmula (6); realocação de recursos do governo para RM (2); mal-estar nos mercados; dentre outros.

– **Enquadramento Repasse para Aposentadorias (ERA).** *Princípio fundamental:* apresenta o processo de discussão, definição, disputa e informação sobre o repasse do RSM para as aposentadorias e pensões acima de um SM, em grande parte, disputas sobre o montante do repasse. *Repasse para aposentadorias significa:* o repasse do reajuste é certo, automático, indexado, para as aposentadorias e pensões até um SM, mas para as demais aposentadorias e pensões, acima de um SM, é dado pelo governo, considerando a inflação – Índice nacional de Preços ao Consumidor (INPC) –, conforme a legislação; há o percentual de repasse proposto, projetado, reivindicado, negociado e, finalmente, efetivado; todo o processo é apresentado em forma de disputas sobre o percentual e o tipo de repasse, isto é, só a reposição da inflação e/ou outros percentuais como os ganhos reais do SM; em geral, as disputas têm três tempos, isto é, (a) o governo publica que vai conceder ou concede um aumento – medida provisória ou não –, (b) mas as centrais sindicais, os sindicatos, o congresso, a oposição e até líderes da base aliada – na câmara e nos senado – discordam, disputam, ameaçam, propõem votar outro valor/percentual e (c) então, o governo discorda, disputa e ameaça vetar aumento contraposto a ser votado pelo congresso. *Apresenta números absolutos e percentuais:* sobre o RSM, inflação – INPC; sobre alíquotas de contribuição, de reajuste para diferentes faixas de aposentados; sobre séries históricas de números e percentuais do SM, de reajustes, de perdas e ganhos dos aposentados.

– **Enquadramento Combinação com Salário-Família (ECSF).** *Princípio fundamental:* análises e discussões para combinar o RSM com o reajuste no salário-família, geralmente reajuste maior para esse e menor para aquele para evitar impactos negativos nas contas do governo. *Combinação com Salário-Família significa:* impactos negativos nas contas do governo, públicas, da previdência, custos, problemas com a lei de responsabilidade fiscal, também criação de inflação, etc. podem ser suavizados, diminuídos com ajuste menor do SM e maior do salário-família – benefício para cada filho com até 14 anos de quem ganha até cerca de 2 SM –, que não é indexador de benefícios; por vezes, apresenta, narra falta de controle nos pagamentos e no que é descontado pelos empregadores, na comprovação na condicionalidade – frequência escolar e vacinação das crianças. Apresenta números absolutos e percentuais: sobre aumento dos custos da previdência com certo reajuste, comparado com um reajuste menor, ambos comparados com menor ou maior reajuste no salário-família; sobre dimensão dos que recebem SF – número de

pessoas, de filhos, valores pagos, etc. –, dos valores recebidos, dos empresários que pagam, de quanto pagam, de quanto o governo deixa de arrecadar com desconto da Previdência – empregadores repassam o valor do SF pago para o governo, descontando de suas contribuições à Previdência; sobre os ocupados, por região, por rendimento; por vezes, apresenta a relação de aumento do SM e aumento no déficit da previdência – exemplo, cada R\$ 1,00 de SM equivale a R\$ 100 milhões de aumento do déficit da previdência.

– **Enquadramento Negociação Política – ENP** (não avalia). *Princípio fundamental*: apresenta e associa RSM, por vezes dos aposentados acima do SM, a disputas, negociações, acordos do governo versus deputados, senadores e demais políticos, e também versus sindicalistas, sindicatos, centrais sindicais. Negociação política significa: de modo geral, membros do governo propõem e/ou defendem reajustes – percentuais – e os demais políticos e sindicalistas contestam, propõem e/ou defendem maiores; o governo puxa RSM para menos por conta de suas contas e os políticos e sindicalistas, especialmente de oposição, para mais; comparação entre governos – FHC versus Lula; governo solicita indicação de fontes de receita; políticos criticam e, por vezes, entram com novos projetos de lei de aumento de aposentadorias, fim do fator previdenciário, novos tipos de aposentadorias,.; governo encaminha projeto de lei ou medida provisória e a câmara e/ou o senado resistem, não aprovam, modificam e, então, o governo negocia, resiste, veta, sanciona; ora o governo, ora a câmara e ora o senado têm a iniciativa de negociar; relatos de que acontecem acordos, tensões, prolongamentos, acordos firmados e desfeitos em votação, reuniões, visitas, jantares, etc. relatos de negociações e/ou acordos do governo com sindicatos e centrais sindicais e do compromisso de aumento do SM conforme crescimento do PIB mais a variação da inflação – aumento real.

As fontes-vozes: variáveis, categorias e significados.

Na produção das matérias, os jornalistas operam a partir de alguns comportamentos, normas, práticas, representações e relações, em grande medida, típicas e compartilhadas. Elas são usadas recorrentemente, são estruturas. As fontes dos jornalistas e as vozes constitutivas das nas matérias são duas dessas estruturas.

Para construir e reportar os fenômenos, os jornalistas criam ou mobilizam relações com agentes e instituições sociais para obter dados, informações, explicações e interpretações; as fontes. Por outro lado, nas matérias finalizadas, divulgadas os jornalistas imprimiram raciocínios, avaliações, dados, etc. de suas fontes em forma de falas, geralmente entre aspas, ou travessão; as vozes. Analiticamente, temos em conta que as relações dos jornalistas com as fontes variam com desdobramentos.

Dependem delas: para obter dados, informações, explicações e interpretações; para dar autoridade, credibilidade, legitimidade, prestígio à matéria; e para provocar o interesse, chamar a atenção para o texto e o assunto. Assim, na reciprocidade, cedem um espaço de fala, que é também um espaço de passagem de mensagens, normas, valores, crenças e de perspectivas aos diferentes agentes e grupos sociais constituintes dos fenômenos.

As relações entre os jornalistas e as fontes se configuram por interesse, por necessidades da prática diária e por imposição ou incentivos de crenças, valores e princípios profissionais, políticos, culturais dos jornalistas. E também das fontes. Os jornalistas divulgam e controlam a divulgação, a ampla circulação de interesses, de valores, de necessidades de agentes e instituições sociais vis-à-vis um amplo número de leitores, consumidores que, por sua vez, em

alguma medida, performam e influenciam performances econômicas, políticas, culturais, etc. Mas é certo que os jornalistas têm e usam muito mais fontes do que as que apresentam nas matérias. E também é certo que as que aparecem são selecionadas por conta de um misto de critérios como tratamos acima – autoridade, credibilidade, etc. Por isso, neste trabalho chamaremos de fonte-voz os agentes e instituições que são as fontes dos jornalistas e que têm falas, vozes nas matérias.

Com os enquadramentos, temos os quadros, os princípios que conformam o fenômeno/situação e com as fontes-vozes os reforços sociais, as legitimidades, a esses quadros. Como operacionalizamos a observação das fontes-vozes? Fizemos um registro automático. Registramos literalmente, como estava na matéria. Registramos o nome pessoal da fonte-voz – informação mais recorrente – e depois as credências que o acompanhava, tal como universidade, banco, empresa, cargo, etc. – veja na grade abaixo. Registramos somente as fontes que tinham falas claras, objetivamente determinável. Quer dizer, quando havia palavras ou frases entre aspas ou entre travessões, sinais claros de que o jornalista usava a fala da fonte que ele nomeava. Quando havia nomes – certamente fontes – sem falas entre aspas ou travessões, não registramos, não consideramos fonte-voz. Enfim, seguimos este critério objetivo sistematicamente.

Então, analisamos o conjunto das fontes-vozes registradas, o conjunto das fontes-vozes presentes no corpus. Fizemos agrupamentos conforme algumas fossem minimamente semelhantes, resultando em 23 categorias de fontes-vozes, da variável (FONTE-VOZ).

– **Presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (FvCUT):** Artur Henrique; Edilson de Paula Oliveira; João Felício; Luiz Marinho.

– **Deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) (FvDep PT):** Arlindo Chinaglia, SP, líder do PT na Câmara; Cândido Vaccarezza, SP, líder do governo na Câmara; Cristóvão Buarque, DF; Flávio Arns, PR; Geraldo Magela, DF, Relator Geral do Orçamento; Henrique Fontana, RS, líder do governo na Câmara dos Deputados; João Paulo Cunha, SP, Presidente da Câmara dos Deputados; José Genoíno, SP, Presidente Nacional do PT; José Pimentel, CE; Pepe Vargas, RS; Professor Luizinho, líder do governo na Câmara.

– **Deputados e outros políticos que não são do PT (FvDep Out):** Aécio Neves, Governador de MG, PSDB; Anthony Garotinho, Ex-Governador do RJ, atual Secretário de Segurança; Arnaldo Madeira, Deputado, PSDB, SP; bancada do PMDB na Câmara; Beto Albuquerque, vice-líder do governo na Câmara, PSB, RS; Germano Rigoto, PMDB, RS, Governador; Guilherme Afif, Secretário Estadual do Emprego; Henrique Eduardo Alves, RN, líder do PMDB na Câmara; José Anibal, ex-presidente do PSDB; José Carlos Aleluia, líder do PFL na Câmara BA; Leonel Brizola, presidente do PDT; Luciano Castro, líder do PR na Câmara dos Deputados; Renato Casagrande, PSB, ES; Rodrigo Maia, líder do PFL na Câmara, RJ; Rodrigo Rollemberg, Deputado líder do PSB, DF; Walter Barelli, Deputado vice-presidente da comissão especial de salário mínimo.

– **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (FvDieese):** Ademir Figueiredo, coordenador técnico de Relações Sindicais; Clemente Ganz Lucio, Diretor Técnico; Dieese; Ilmar Ferreira Silva, economista; José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de Relações Sindicais; Riccardo Franzoi, coordenador.

– **Força Sindical (FORÇA) (FvForçaSind):** João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical; Miguel Torres, da Força Sindical; Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, PDT, SP, especialmente.

- **Governo Federal** (FvGov Fed): Diário Oficial da União; Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás; fonte do Palácio do Planalto; Gilberto Carvalho, chefe do Gabinete do Presidente; Helmut Schwarzer, secretário da Previdência Social; Luiz Dulci, secretário geral da Previdência; Paula Montagner, coordenadora do Observatório do Ministério do Trabalho e Emprego; Planalto; SECOM, Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, governo federal; técnico da equipe econômica; uma auxiliar direta do Presidente Lula.
- **Lula, Presidente do Brasil** (FvLula): Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil.
- **Marcio Pochmann** (FvPochmann): Marcio Pochmann, economista, professor da Unicamp, Secretário do Trabalho da Prefeitura de São Paulo.
- **Ministros, da Casa Civil e de Relações Institucionais** (FvMin CC RI): Alexandre Padilha, Ministro das Relações Institucionais; Gleise Hoffmann, Ministra da Casa Civil; José Dirceu, Ministro da Casa Civil.
- **Ministros, do Planejamento e da Fazenda** (FvMin PN FZ): Antonio Palocci Filho, Ministro da Fazenda; Guido Mantega, Ministro da Fazenda e do Planejamento, especialmente; Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento; Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento.
- **Ministros, do Trabalho e da Previdência** (FvMin TB PV): Carlos Lupi, Ministro do Trabalho; José Pimentel, Ministro da Previdência; Luiz Marinho, Ministro da Previdência e do Trabalho, especialmente; Miguel Rosseto, Ministro do Trabalho e Previdência Social; Ricardo Berzoini, Ministro do Trabalho.
- **Organizações das finanças** (FvOrgFinan): Alexandre Bassoli, economista Chefe do HSBC; Bernardo Wjuniski, economista-chefe para a América Latina da Medley Global Advisors; Braulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores; Caio Machado, analista da Consultoria LCA; Carla Bernardes, economista do Banco Modal; David Beker, analista da Merrill Lynch; diretores do Banco Central; estrategistas do JP Morgan; Fabio Klein, economista da Consultoria Tendências; Fabio Silveira, diretor da RC Consultores, economista MS Consult, sócio diretor; Felipe Illanes, analista da Merrill Lynch; Felipe Salto, economista da Consultoria Tendências, especialista em contas públicas; Fernando Montero, economista-chefe da Corretora Convenção; FITCH, agência de classificação de risco, nota; Francisco Pessoa Filho, economista da LCA Consultores; Márcio Cypriano, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN); Michael Gavin, analista do UBS Investment Research; Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento; Tais Marzola Zara, economista da Rosemberg & Associados; Tatiana Pinheiro, economista do Santander.
- **Organizações de Aposentados** (FvOrgApos): Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados Cobap; João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados E Pensionistas da Força Sindical; Manoel José da Silva, Presidente do Conselho Fiscal da Cobap Confederação Brasileira de Aposentados E Pensionistas; Wanderley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap).
- **Organizações Patronais** (FvOrgPatr): Abram Sazajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP); Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (Cni); Associação Brasileira dos Importadores de Produtos Populares, Abipp; Ayrton Giovannini, Coordenador do Conselho de Relações de Trabalho da Federação das Industrias Fiergs; Cesar Borges de Sousa, Vice-Presidente da Caramuru Alimentos; Claudio Elias Conz, Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção, Anamaco; Cláudio Vaz, Diretor da Fiesp Federação das Industrias do Estado de São Paulo; Fernanda Della Rosa, Diretora da Assessoria Econômica da Fecomércio SP; João Carlos Basílio da Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria E Cosméticos, Abihpec; Paulo Sérgio Peres, Presidente da Associação Brasileira do Paplão Ondulado – Abpo.
- **Organizações Religiosas** (FvOrgReli): Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cnbb; Dom Geraldo Magella Agnelo, Presidente da Cnbb Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Dom Jayme Chamello, Ex-Presidente da Cnbb; Nelson Westrup, Arcebispo de Santo André; Padre Décio Rocco.
- **Organizações Representativas dos Municípios** (FvOrgMuni): Confederação Nacional de Municípios Cnm; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; François de Bremaeker, Economista E Geografo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
- **Organizações Sindicais** (FvOrgSind): Adalberto Galvão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Pesada E Montagem Industrial na Bahia.; Antonio Carlos dos Reis, Presidente da Cgt, Central Feral dos Trabalhadores; Antonio Porcino Sobrinho, Presidente da Federação Nacional dos Frentistas E do Sindicato de São Paulo; Eleno José Bezerra, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Força Sindical; Fávio Cândido, Presidente do Sindicato do Sapateiro E Vestuário de Franca SP; José Lopez Feijóo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Abc; Osanan Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Montes Claros Mg; Ricardo Path, Presidente da União Geral dos Trabalhadores Ugt.
- **Outros** (FvOut): José Dutra Vieira Sobrinho, Professor de Matemática Financeira; João José Sady, Advogado Trabalhista; Ata do Copom; Dilma Rousseff, Presidente; Leonardo Rolim, Consultora da

Câmara E Ex-Secretário da Previdência Social; Milko Matijascic, Economista E Ex-Assessor Especial do Ministério da Previdência Social; Newton Conde, Autuário; Pnad, Pesquisa Nacional Por Amostra de Cômicos; Rafael Liberal Ferreira de Santana, Coordenador Geral de Estudos Previdenciários; Raul Velozo, Especialista Em Contas Públicas.

– **Pesquisadores da FGV, da PUC e da USP** (FvUspFgvPuc): Antonio Corrêa de Lacerda, Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-Sp; Arnaldo Mazzei Nogueira, Professor Puc SP E Usp; Francisco de Oliveira, Sociólogo; Hélio Zylberstajan, Professor de Economia da Fea Usp; Instituto Brasileiro de De Economia Ibre Fgv; Marcelo Neri, Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fgv; Maria Crestina Cacciamali, Professora da Ust; Jose Pastore; Sonia Rocha, Instituto Brasileiro de Economia Vinculado A Fgv.

– **Pesquisadores da Unicamp e do IUPERJ** (FvUnicamp): Adalberto Cardoso, IUPERJ; Claudio Dedecca, professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Unicamp; Rodolfo Hoffman, professor da Unicamp.

– **Pesquisadores do IBGE e do IPEA** (FvIbgeIpea): Cimar Azeredo Pereira, gerente de pesquisa do IBGE; economista do IPEA; Fabio Giambiagi, IPEA; IBGE; Marcelo Caetano, economista IPEA; Mirela de Carvalho, pesquisador; Ricardo Paes de Barros, pesquisador; Rosane Mendonça, pesquisadora; Samuel Franco, pesquisador.

– **Sem fonte-voz** (FvSem): nenhuma.

– **Senadores** (FvSenador): Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado; Garibaldi Alves, presidente do Senado, PMDB, RN; Geraldo Mesquita, Senador PSB, AC; José Sarney, presidente do Senado; José Serra, presidente do PSDB; Raimundo Colombo, Senador, DEM, SC; Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado, AI; Romero Jucá, líder do governo no Senado, PMDB, Rr.

– **Senadores do PT** (FvSenadorPT): Paulo Paim, vice-presidente do Senado, Senador, PT, RS; Serys Shessarenko, Senadora, PT, MT.

A posição das fontes-vozes e os jornais: variáveis, categorias e significados.

Analizamos sistematicamente mais três variáveis. O posicionamento das fontes-vozes em relação a quatro enquadramentos – ECE, EGR, ECG, ECP –, os jornais propriamente ditos e os períodos dos governos federais.

A variável **Jornais** (JORNAL) tem quatro categorias ativas, quer dizer, cada um dos jornais pesquisados: JFSP, JOESP, JOG e JVE.

Quanto à variável **Posição da fonte-voz em relação ao enquadramento** (POS FONTE-VOZ), trata-se de uma avaliação das falas, do que está escrito e atribuído à fonte-voz e da relação dessas falas com o enquadramento; se é de apoio, de contrariedade, neutra ou não relacionada ao enquadramento. Essa variável tem cinco categorias.

– **Favorável** (PosFvFav): falas atribuídas às fontes-vozes, indicam apoio, concordância, com o enquadramento.

– **Desfavorável** (PosFvDesf): falas indicam não apoio, contrariedade, ao enquadramento.

– **Neutra** (PosFvNeut): falas não indicam apoio ou não ao enquadramento, e/ou tratam de outros assuntos.

– **Não avaliada** (PosFvNAval): o enquadramento não está dentre os que foram avaliados.

– **Sem fonte-voz** (PosSemFv): matéria não tem fonte-voz, seja ela avaliada ou não avaliada.

A variável **Mandatos** (MANDATO), tem sete categorias ativas que correspondem às metades dos mandatos presidenciais.

– **Lula, 2004** (Lula 04): primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula.

– **Lula, 2005 a 2006** (Lula 05 06): segunda metade do primeiro mandato do Presidente Lula.

– **Lula, 2007 a 2008** (Lula 07 08): primeira metade do segundo mandato do presidente Lula.

– **Lula, 2009 a 2010** (Lula 09 10): segunda metade do segundo mandato do presidente Lula.

– **Dilma, 2011 a 2012** (Dilma 11 12): primeira metade do primeiro mandato da presidente Dilma.

– **Dilma, 2013 a 2014** (Dilma 13 14): segunda metade do primeiro mandato da presidente Dilma.

– **Dilma, 2015** (Dilma 15): segundo mandato da presidente Dilma.

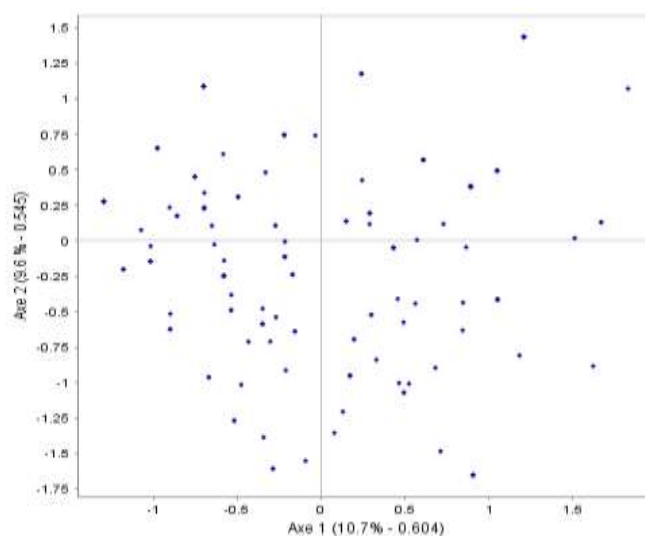
Reajuste do salário mínimo: uma saga dos trabalhadores com percalços de todos os lados.

O corpus de textos é formado por 177 matérias: 105 do JFSP (59%), 40 do JOESP (23%), 18 do JOG (10%) e 14 do JVE (8%). Em termos relativos, os cadernos de economia dos jornais JOG e JVE foram os que menos veicularam matérias. O do JOESP tem uma posição mediana. E do JFSP foi o que destacadamente mais publicou, mais que o dobro do JOESP mais que todos juntos.

A frequência da ocorrência dos enquadramentos no espaço das matérias sobre o RSM tem a seguinte ordem: 39 EO (22%), 39 ED (22%), 20 ERA (11%), 20 ENP (11%), 19 ECP (11%), 14 ECG (8%), 9 EGR (5%), 9 ECE (5%), 8 ECSF (5%). A frequência da ocorrência das matérias nos períodos dos Mandatos tem a seguinte ordem: 19% Lula 04, 11,3% Lula 05 06, 6,2% Lula 07 08), 14,7% Lula 09 10, 1,7% Dilma 11 12, 4% Dilma 13 14 e 2,3% Dilma 15.

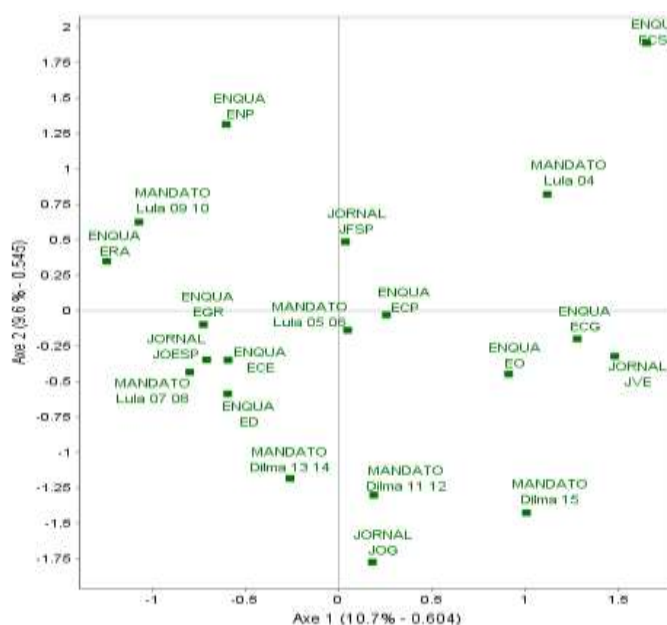
Fomos além das análises descritivas gerais, supra apresentadas. Fizemos uma ACM com o *software* SPAD (Coheris Analytics Spad), seguindo os princípios da análise geométrica de dados (Lebaron, 2006; Le Roux, Rouanet, 2010). A ACM apresentou 17 eixos, após os “valores próprios” da “correção de Benzecri”, e retivemos para a análise os dois primeiros, com “taxa modificada acumulada” de 80,5% – 49,9% do primeiro e 30,6% do segundo. Seguimos o “método de contribuições” para destacar as categorias que analisamos; todas as que contribuíram com o eixo e com a inércia geral acima da média – $100/25 = 5$ (Bonnet, Lebaron, Le Roux, 2015: 104). Assim, objetivamos o espaço das matérias sobre o RSM.

Figura 1 – O espaço das matérias.



Contribuíram com a formação do primeiro eixo – horizontal – as seguintes categorias: JOESP, Lula 09 10 e ERA com o lado esquerdo e JVE, Lula 04, ECG, ECSF e EO com o lado direito. E as seguintes categorias como o segundo eixo – vertical: JOG, Dilma 11 12, Dilma 13 14, Dilma 15 e ED com o lado inferior e JFSP, Lula 04, ECSF e ENP com o lado superior. Os dois eixos separam as matérias em função dos jornais, dos períodos dos mandatos presidenciais e dos enquadramentos.

Figura 2 – O espaço das propriedades pertinentes das matérias



Em relação ao primeiro eixo, temos os seguintes dados. Quanto mais à esquerda estão as matérias, mais tendem a pertencer ao **JOESP**. Ao todo, 72,5% de suas matérias estão desse lado. Quanto mais à esquerda, mais as matérias tendem a ser sobre **Repasso para Aposentadorias**. O jornal publicou 50% das matérias com esse enquadramento. E, quanto mais à esquerda, mais tendem a ser sobre final do segundo mandato do presidente Lula, **Lula, 2007 a 2008**. O jornal publicou 33,3% das matérias desse período.

Quanto mais à direita do eixo, mais as matérias tendem a pertencer ao **JVE**. Todas as suas matérias estão desse lado, 100%. Quanto mais à esquerda, mais as matérias tendem a ser sobre os **Custo para Governo**. O jornal publicou 28,6% dessas matérias. Quanto mais à direita, mais tendem a ser sobre os sobre as **Combinação com Salário-Família**. O jornal publicou 12,5% dessas matérias. Quanto mais à direita, mais tendem a ser sobre os sobre **Outros enquadramentos**. O jornal publicou 12,8% dessas matérias. E, quanto mais à direita, mais se referem tendencialmente ao primeiro início do governo Lula, **Lula, 2004**. O jornal publicou 11,4% dessas matérias.

Enfim, é um eixo que, relacionamente, revela que o JOESP se diferencia ao colocar para o público, no final do primeiro governo Lula, matérias em perspectiva sobre o reajuste para os aposentados que ganham acima do SM, assunto constrangido pelo aumento dos gastos governamentais. E o eixo revela também que o JVE se diferencia ao tratar dos custos do RSM para o governo e das iniciativas do governo para aumentar menos o SM, constrangido pelos impactos nos gastos, combinando com aumentos maiores para o salário-família – além de matérias sobre outros enquadramentos, muitos e singulares, uma indicação de prática efetiva do princípio de diversidade de opiniões.

Em conclusão, é um eixo econômico, um eixo dos jornais atentos aos aposentados, mas aos custos dos aposentados, atento ao salário-família, mas aos custos menores que pode trazer e, sobretudo, atento aos gastos governamentais, do início ao fim do governo Lula. O eixo indica um vetor de tomadas de posição, de divulgação de convenções que desestabilizam a convenção de RSM extensiva.

Em relação ao segundo eixo, temos os seguintes dados. Quanto mais para baixo no eixo, relacionamente, mais as matérias tendem a ser do **JOG**. Todas as suas matérias estão desse lado, 100%. Quanto mais para baixo, mais tendem a ser descritivas, **Descritivo**. O jornal divulgou 10,2% dessas matérias. Quanto mais para baixo, mais tendem a ser sobre os períodos do governo Dilma, **Dilma, 2011 a 2012, Dilma, 2013 a 2014 e Dilma, 2015**. O jornal divulgou 29,4% das matérias desses períodos.

Quanto mais para cima no eixo, relacionamente, mais as matérias tendem a ser do JFSP. Precisamente, 70,5% de suas matérias estão desse lado. Quanto mais para cima, mais as matérias tendem a ser sobre **Negociação Política**. O jornal divulgou 95% dessas matérias. Quanto mais para cima, mais tendem a ser sobre **Combinação com Salário-Família**. O jornal divulgou 87,5% dessas matérias. Quanto mais para cima, mais tendem a ser do início do governo Lula, **Lula, 2004**. O jornal divulgou 77,3% dessas matérias.

Enfim, é um eixo que, relacionamente, revela que o JOG se diferencia por cobrir o governo Dilma e ofertar matérias descritivas e o JFSP se diferencia por cobrir o início do governo Lula, por apresentar as disputas políticas em torno do RSM e, também, as iniciativas do governo para aumentar menos o SM, constrangido pelos impactos nos gastos, combinando com aumentos maiores para o salário-família.

Em conclusão, é um eixo mais jornalístico, profissional e político. É um eixo dos jornais atentos a descrever o RSM para os leitores e também as disputas políticas em torno desse reajuste. Mas também de apresentar as iniciativas de balancear um aumento menor do SM com

um maior para o salário-família, uma variante das saídas para as pressões dos gastos. É um eixo mais abrangente, do início do governo Lula ao fim do governo Dilma.

O eixo indica um vetor de menos tomadas de posição, de descrição e apresentação do RSM e das disputas políticas, e de divulgação, mas de divulgação bem mais fraca de convenções que desestabilizam a convenção de RSM extensivo.

Enfim, o espaço dos produtos simbólicos dos jornalistas sobre o RSM é fortemente econômico, é político e é profissional. Os eixos indicam tomada de posição explícita por convenções que minam, constroem, o sentido de RSM extensivo e apoiam o de RSM restritivo. E, pela ausência, indicam fraco empenho e fracas disputas junto a divulgação de enquadramentos, convenções, favoráveis ao RSM extensivo; **Crescimento Econômico e Ganho Real**. A propósito, esses enquadramentos, juntos, são menos frequentes (5% e 5%) do que outro enquadramento que constrange o sentido de RSM extensivo: **Custo para Previdência** (11%).

As fontes, as vozes, seus circuitos e suas posições.

A frequência da ocorrência das fontes-vozes no espaço das matérias sobre o RSM tem a seguinte configuração. Das 177 matérias do corpus, Temos 21,5% não têm fonte-voz (FvSem). Nas matérias restantes, 139, temos 284 fontes-vozes mobilizadas pelos jornalistas, nesta ordem: 8,8% FvOrgFinan, 7,8% FvDep PT, 7,8% FvMin PN FZ, 7,4% FvDieese, 7% FvMin TB PV, 6,7% FvDep Out, 5,6% FvForçaSind, 5,6% FvGov Fed, 4,2% FvLula, 3,9% FvCUT, 3,9% FvOrgPatr, 3,9% FvOut, 3,5% FvMin CC RI, 3,2% FvIbgeIpea, 3,2% FvUspFgvPuc, 2,8% FvOrgApos, 2,8% FvOrgSind, 2,8% FvSenador, 2,1% FvSenadorPT, 2,1% FvUnicamp, 1,8% FvOrgReli, 1,8% FvPochmann, 1,4% FvOrgMuni.

Temos dois grupos de enquadramento que nos permitem indicar posições de apoio ou constrangimento às convenções sobre o RSM. Registramos como as fontes-vozes se posicionam em relação a dois enquadramentos que são claramente de apoio ao RSM extensivo: **Crescimento Econômico e Ganhos Reais**, com 31 fontes-vozes. E como as fontes-vozes se posicionam em relação a dois enquadramentos que são claramente de apoio ao RSM restritivo: **Custo para Governo e Custo para Previdência**, como 48 fontes-vozes.

O lado restritivo predomina em diversos sentidos: tem mais matérias, 18,6% versus 10,2%, tem mais fontes-vozes, 16,9% versus 11,9%, tem maior amplitude de fontes-vozes, 69,6% versus 43,5%, e está presente nos quatro jornais versus três, pois não há enquadramentos de apoio no JVE. Esse lado tem um maior circuito de legitimidade, o espraiamento de suas convenções acontece em mais matérias, é apoiado por mais fontes-vozes e por uma amplitude

maior de fontes-vozes e jornais. E, como veremos a seguir, tende a ter a mais apoio de agentes e instituições dominantes em alguns campos sociais como o econômico – finanças, “mercado” – e o político – o governo, inclusive o Presidente, e segmentos do congresso, da posição e da oposição.

Na análise das fontes-vozes, registramos também quais são favoráveis, desfavoráveis ou neutras em relação aos dois grupos de enquadramentos. As fontes-vozes favoráveis aos enquadramentos de apoio ao RSM extensivo somam 8,5% das fontes-vozes: 2,5% FvDieese, 2,1% FvOrgPatr e 1,4% FvMin TB PV, são mais recorrentes; e outras são menos recorrentes, isto é, FvLula FvCUT, FvForçaSind, FvIbgeIpea, FvOrgFinan, FvPochmann – as desfavoráveis e as neutras somam 2,5%. Em linhas gerais, as convenções de apoio ao RSM extensivo têm forte apoio do Dieese, de organizações patronais, dos ministérios do trabalho e da previdência e das centrais sindicais. Podemos ter como um fator de fundo que são as organizações sindicais – inclusive uma instituição de produção de dados – o núcleo duro de apoio, seja quando atuam independente do governo, seja quando seus membros atuam no governo, nos ministérios.

As favoráveis aos enquadramentos de apoio ao RSM restritivo somam 16% das fontes-vozes: 3,2% FvOrgFinan e 2,5% FvGov Fed, são as mais destacadas, seguidas de 1,1% FvDep Out, 1,1% FvLula e 1,1% FvOrgPatr; enquanto outras estão presentes, mas são menos recorrentes, tais como, FvMin CC RI, FvDep PT, FvIbgeIpea, FvMin PN FZ, FvMin TB PV, FvOut e FvUspFgvPuc – as desfavoráveis e as neutras somam 5,6%. Em linhas gerais, as convenções de apoio ao RSM restritivo têm forte apoio de organizações do espaço das finanças e do próprio governo. E, perto dessa medida, têm apoio de deputados que não são do PT, do próprio Presidente Lula e de organizações patronais – mais fraca aqui. Podemos ter como um fator de fundo que são as instituições do espaço das finanças – do mercado –, o próprio governo, inclusive o Presidente, e segmentos do congresso, do governo e da oposição, que constituem o núcleo duro de apoio aos enquadramentos ou convenções que restringem.

Vale registrar também que um dos princípios que os jornalistas valorizam no sentido de código deontológico e normativo é o balanceamento das oportunidades de posicionamento das possíveis posições contrárias, divergentes – os “vários lados” –, em relação a um determinado assunto. Sendo assim, podemos dizer que nossa análise das tomadas de posição das fontes-vozes indica que os jornalistas tendem fortemente a buscar e a dar mais espaço a fontes-vozes que apoiam as perspectivas que divulgam, os enquadramentos que mobilizam. Precisamente, das 79 fontes-vozes que avaliamos, 70,1% são favoráveis aos enquadramentos, 22,8% são neutras e 6,3% são desfavoráveis.

Conclusões.

A análise do espaço das matérias sobre o RSM nos indicou alguns vetores, algumas estruturas. O primeiro é um vetor econômico, um vetor de tomadas de posição, de divulgação de convenções que desestabilizam a convenção de RSM extensiva. O segundo é um vetor mais jornalístico, profissional e político, um vetor de menos tomadas de posição, de descrição e apresentação do RSM e das disputas políticas. E também de divulgação bem mais fraca de convenções que desestabilizam a convenção de RSM extensivo.

O espaço é fortemente econômico, é político e é profissional. Predominam tomadas de posição explícita por convenções que minam, constroem, o sentido de RSM extensivo e apoiam o de RSM restritivo. E predominam, pela ausência, pouco empenho e fracas disputas em torno da divulgação de convenções favoráveis ao RSM extensivo.

Algo semelhante vale para a análise das fontes-vozes. O lado restritivo predomina, tem um maior circuito de legitimidade. No fundo são as organizações sindicais que constituem sozinhas o núcleo duro de apoio ao RSM extensivo. E são as instituições do espaço das finanças, o próprio governo, o Presidente, e demais políticos, da posição e da oposição, que constituem o núcleo duro de apoio ao RSM restritivo.

Referências Bibliográficas.

- BARDIN, L. 1977. **Análise De Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, P. 1997. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOURDIEU, P. 2000. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, P. 2005. O campo econômico. **Política & Sociedade**, no. 6.
- BOURDIEU, P. 1987. O mercado dos bens simbólicos. In. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, P. 1989. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DOUGLAS, M. 1998. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp.
- ENTMAN, R. 1993. Framing: toward clarification of a fractured paradigm, **Journal of Communication**, n. 43.
- GAMSON, W. MODIGLIANI, A. 1989. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, n. 95, p. 1-37.
- GOFFMAN, E. 1974. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press.

- HACKETT, R. A. 1999. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA.
- LE ROUX, B. ROUANET, H. 2010. **Multiple correspondence analysis**. London: Sage.
- LEBARON, F. 2006. **L’enquête quantitative en sciences sociales**. Paris: Dunod, 2006.
- POLANYI, K. 1980. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus.
- SCHUDSON, M. 1989. The sociology of news production. **Media Culture Society**, London, v. 11.
- SWEDBERG, R. 2003. **Principles of Economic Sociology**. Princeton, EUA: Princeton University Press.
- VAN GORP, B. 2007. The constructionist approach to framing: bringing culture back, **Journal of communication**, n. 57.